

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

| | |
|--|--|
| Forma da iniciativa: | Projeto de Lei |
| Nº da iniciativa/LEG/sessão: | 305/XV/1.ª |
| Proponente/s: | Deputados do Grupo Parlamentar do Chega (CH) |
| Título: | Delimita os critérios para instalação de culturas permanentes em território nacional e assegura o respeito e valorização pelo património paisagístico originário das zonas onde as mesmas se encontrem |
| A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do artigo 167.º da Constituição e n.º 2 do artigo 120.º do Regimento)? | NÃO |
| A iniciativa respeita o limite de não renovação na mesma sessão legislativa, (n.º 4 do artigo 167.º da Constituição e n.º 3 do artigo 120.º do Regimento)? | SIM |
| O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação da CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)? | SIM |
| Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (artigo 142.º do Regimento, para efeitos do n.º 2 do artigo 229.º da Constituição)? | Não parece justificar-se |
| A iniciativa foi agendada pela CL ou tem pedido de arrastamento? | SIM O proponente solicita a discussão na generalidade no dia 30 de setembro , por arrastamento com o P JL n.º 244/XV/1.ª (BE). |
| | |

| | |
|---|---|
| Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões: | Comissão de Agricultura e Pescas (7.ª) |
| Conclusão: A apresentação desta iniciativa parece cumprir os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República. | |

Assembleia da República, 19 de setembro de 2022

A Assessora Parlamentar,
Lurdes Sauane